

PRIMEIRO ADITIVO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM PREFERÊNCIA
(QUIROGRAFÁRIA), SOB REGIME DE GARANTIA FIRME, DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA, EM DUAS
SÉRIES, DA SUZANO BAHIA SUL PAPEL E CELULOSE S.A.

Este aditivo é firmado pelas seguintes partes:

1. SUZANO BAHIA SUL PAPEL E CELULOSE S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Tancredo Neves, 274, Bloco B, sala 121, Pituba, inscrita no CNPJ sob o nº 16.404.287/0001-55, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");

2. PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, ("Agente Fiduciário");

CONSIDERANDO QUE:

- (a) as partes celebraram em 22 de julho de 2004 o Instrumento Particular de Escritura de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie sem Garantia nem Preferência (Quirografária), sob Regime de Garantia Firme, da 3ª Emissão Pública, em Duas Séries, da Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A. ("Escritura de Emissão");
- (b) as partes pretendem alterar a redação de alguns dos dispositivos da Escritura de Emissão, com o fim de atribuir maior clareza à avença contida naqueles dispositivos.

RESOLVEM as Partes celebrar o presente "Primeiro Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie sem Garantia nem Preferência (Quirografária), sob Regime de Garantia Firme, da 3ª Emissão Pública, em Duas Séries, da Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A." ("1º Aditivo"), nos seguintes termos e condições:

1. Todos os termos iniciados em letra maiúscula não expressamente definidos neste 1º Aditivo terão os significados atribuídos a estes termos na Escritura de Emissão.

2. A redação do item 4.12.1 e suas alíneas (c), (m) e (u) ficam expressamente alteradas, passando referidos dispositivos contratuais a vigorar com a seguinte redação:

"4.12.1. Observado o disposto nos itens 4.12.2. a 4.12.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as debêntures



relativamente às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal atualizado monetariamente, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, dos dois o que ocorrer por último, e encargos moratórios, até a data do efetivo pagamento, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:"

(...)

"(c) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência ou de procedimento análogo que venha a ser instituído pela nova legislação sobre falências e concordatas da Emissora, ou de suas controladas, ressalvadas as hipóteses de extinção, dissolução ou liquidação decorrentes de reorganizações societárias realizadas dentro do Grupo Econômico da Emissora, conforme definido abaixo, sem prejuízo do previsto na alínea (u) deste item 4.12.1;"

(...)

"(m) a efetivação por qualquer controlada da Emissora, de operações de incorporação, fusão ou cisão envolvendo sociedades não pertencentes ao mesmo Grupo Econômico da Emissora, a qual implique no descumprimento do disposto na alínea (i) deste item 4.12.1 pela Emissora ou por sua sucessora;"

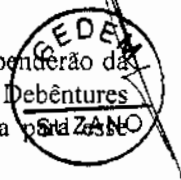
(...)

"(u) a realização de operações de fusão, cisão e/ou incorporação por qualquer controlada da Emissora com qualquer empresa integrante do Grupo Econômico, que (i) deixar de ter como atividade principal (a) a produção e/ou comercialização de papel e celulose, seja como atividade fim ou atividade meio, incluindo a produção dos insumos inerentes a estas atividades, a condução de pesquisa e desenvolvimento e demais atividades correlatas; ou (b) a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista; ou (ii) conceder empréstimo ou garantia em valor total superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para sociedade não relacionada ao setor de papel e celulose e que (a) não funcione como atividade meio a este setor, a exemplo da produção de seus insumos e a condução de pesquisa e desenvolvimento, ou (b) de qualquer outra forma, não apresente a finalidade de agregar valor à produção e comercialização de papel e celulose. O disposto nesta alínea (u) não se aplica ao caso de incorporação, fusão ou cisão da Emissora os quais serão regulados pelo disposto no item 4.12.7 abaixo."

(...)

3. Fica incluído o item 4.12.7 à cláusula 4.12 da Escritura de Emissão, nos seguintes termos:

"4.12.7. As operações de incorporação, fusão ou cisão da Emissora dependerão da aprovação prévia de debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação reunidos em assembleia geral especialmente convocada para este



fin, podendo referida aprovação pela assembleia ser dispensada se for assegurado aos debenturistas que o desejarem, durante o prazo de seis meses a contar da data de publicação das assembleias gerais relativas à operação, o resgate das debêntures de que forem titulares.”

4. Tendo em vista as alterações mencionadas nas cláusulas 2 e 3 deste 1º Aditivo, a cláusula 4.12 da Escritura de Emissão passa a vigorar com a seguinte redação consolidada:

“4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. Observado o disposto nos itens 4.12.2. a 4.12.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal atualizado monetariamente, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, dos dois o que ocorrer por último, e encargos moratórios, até a data do efetivo pagamento, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

(a) não pagamento pela Emissora, do Valor Nominal, da Atualização Monetária, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas respectivas datas de vencimento, não sanado no prazo de um dia útil;

(b) ajuizamento de pedido de concordata preventiva pela Emissora ou por suas controladas, ou ainda o início de qualquer procedimento judicial análogo previsto na legislação que substituirá ou complementará a atual legislação sobre falências e concordatas, por estas mesmas entidades;

(c) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência ou de procedimento análogo que venha a ser instituído pela nova legislação sobre falências e concordatas da Emissora, ou de suas controladas, ressalvadas as hipóteses de extinção, dissolução ou liquidação decorrentes de reorganizações societárias realizadas dentro do Grupo Econômico da Emissora, conforme definido abaixo, sem prejuízo do previsto na alínea (u) deste item 4.12.1;

(d) ajuizamento de pedido de falência ou de procedimento análogo que venha a ser instituído pela nova legislação sobre falências e concordatas contra a Emissora ou qualquer de suas controladas, não contestado dentro do prazo legal;

(e) protesto de títulos contra a Emissora ou contra qualquer de suas controladas, cujo valor individual ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizados pelo IGP-M ou, na sua ausência, por outro índice que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, ou se equivalente em outras moedas, ou agregado (mas neste último caso dentro de um período de 6 (seis) meses, entendendo-se por “agregado” o conjunto de protestos) que ultrapasse R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) atualizados pelo IGP-M ou, na sua ausência, por outro índice que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, ou se equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, e tal

fato seja validamente comprovado pela Emissora ou por suas controladas, ou ainda se for por elas cancelado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas de sua ocorrência;

(f) inadimplemento em qualquer contrato ou título de responsabilidade da Emissora ou qualquer de suas controladas, cujo valor (i) unitário seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) atualizados pelo IGP-M ou, na sua ausência, por outro índice que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão das Debêntures, ou seu equivalente em outras moedas, ou (ii) agregado (mas neste último caso dentro de um período de 6 (seis) meses, entendendo-se por "agregado" o conjunto de contratos e títulos onde houver inadimplemento) seja igual ou superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) atualizados pelo IGP-M ou, na sua ausência, por outro índice que venha a substituí-lo, a partir da data de emissão das Debêntures, ou o seu equivalente em outras moedas, o qual, em ambos os casos, não tenha sido regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias contados do inadimplemento;

(g) vencimento antecipado de qualquer obrigação da Emissora ou qualquer de suas controladas, cujo valor (i) unitário seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) atualizados pelo IGP-M ou, na sua ausência, por outro índice que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, ou (ii) agregado (mas neste último caso dentro de um período de 6 meses, entendendo-se por "agregado" o conjunto de obrigações onde houver vencimento antecipado) seja igual ou superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) atualizados pelo IGP-M ou, na sua ausência, por outro índice que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, ou o seu equivalente em outras moedas;

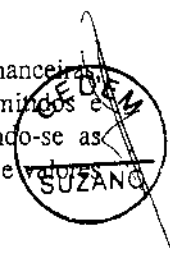
(h) não cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da notificação que lhe for enviada pelo Agente Fiduciário para saná-la;

(i) descumprimento pela Emissora de quaisquer dos índices e limites financeiros abaixo especificados, em relação ao seu balanço consolidado, conforme apurado trimestralmente, não sanado até o trimestre subsequente ao que houver o respectivo desenquadramento:

i.1) a razão entre Dívida Líquida Consolidada e Patrimônio Líquido consolidado igual ou menor a (i) 1,5 ao final de cada trimestre civil até dezembro de 2009, (ii) 1,2 ao final de cada trimestre civil de janeiro de 2010 até dezembro de 2012, e (iii) 1,0 ao final de cada trimestre civil de 2013 e até a Data de Vencimento.

Onde:

"Dívida Líquida Consolidada" significa o passivo com instituições financeiras, acrescido de títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos e confissão de dívida junto a entidade de previdência privada, subtraindo-se as disponibilidades (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata e títulos e valores mobiliários), em bases consolidadas; e



“Patrimônio Líquido” significa o valor indicado na conta com esta denominação nas demonstrações financeiras padronizadas encaminhadas à CVM, em bases consolidadas, ajustado pelas variações cambiais ativas e passivas sobre a Dívida de Longo Prazo (abaixo definida), conforme fórmula abaixo, observado o disposto no item 4.2.1.2 abaixo:

$$PLA = PL - VC_{ac} + D$$

onde,

PLA = Patrimônio Líquido Ajustado na data de encerramento de cada trimestre ou exercício social, conforme o caso, referente a cada data de verificação.

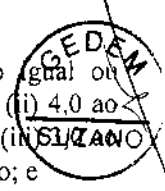
PL = Patrimônio Líquido, constante das demonstrações financeiras consolidadas anuais ou trimestrais, conforme o caso, referente a cada data de verificação.

VC_{ac} = Somatório das variações cambiais (ativas e passivas) de longo prazo, incidentes sobre o montante de endividamento em moeda estrangeira com prazo de vencimento superior a um ano, apuradas no período entre as demonstrações financeiras consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003 e as demonstrações financeiras trimestrais ou anuais, conforme o caso, consolidadas, referente a cada data de verificação, considerando-se ainda, apenas as dívidas ainda não vencidas, e observado o que se segue: (a) as variações cambiais devem ser acumuladas individualmente para cada vencimento de amortização de cada dívida de longo prazo, deixando de ser acumuladas quando o prazo para vencimento for inferior a um ano e deixando de ser consideradas quando do vencimento da obrigação; (b) para o cálculo das variações cambiais, deve-se considerar a variação entre o preço do câmbio da moeda estrangeira em que for emitida cada dívida por reais (“Preço de Câmbio”) em 31 de dezembro de 2003 (ou para aquelas dívidas contraídas a partir de 31 de dezembro de 2003, o Preço de Câmbio da data de emissão da referida dívida) e o Preço de Câmbio referente a cada data de verificação; e

D = Parcela líquida de VC_{ac} não reconhecida na demonstração de resultados do exercício pertinente, em decorrência de alocação desta parcela líquida no ativo diferido.

“Dívida de Longo Prazo” significa o passivo com instituições financeiras, acrescido de títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos e confissão de dívida junto a entidade de previdência privada, com prazo de vencimento superior a 360 (trezentos e sessenta) dias, conforme as demonstrações financeiras padronizadas encaminhadas à CVM, em base consolidada.

i.2) a razão entre Dívida Líquida Consolidada/EBITDA consolidado, igual ou inferior a (i) 4,5 ao final de cada trimestre civil até dezembro de 2007, (ii) 4,0 ao final de cada trimestre civil de janeiro de 2008 até dezembro de 2009, e (iii) 3,0 ao final de cada trimestre civil de janeiro de 2010 e até a Data de Vencimento; e



Onde:

“Dívida Líquida Consolidada” tem o mesmo significado atribuído na alínea i.1) acima; e

“EBITDA” significa o resultado operacional antes de despesas financeiras líquidas, tributárias, de depreciação, exaustão e amortização, ao longo dos últimos 12 (doze) meses, em bases consolidadas;

i.3) a razão entre EBITDA consolidado/Despesas Financeiras Líquidas consolidadas igual ou superior a 2,5 vezes ao final de cada trimestre civil e até a Data de Vencimento;

Onde:

“EBITDA” tem o mesmo significado atribuído na alínea i.2) acima; e

“Despesas Financeiras Líquidas” significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses (excluídas as variações monetárias e cambiais passivas), deduzidas das receitas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses (excluídas as variações monetárias e cambiais ativas), em bases consolidadas.

(j) alienação, pela Emissora, de ativos essenciais às suas respectivas atividades, que possa comprovadamente afetar de forma material adversa, a critério dos Debenturistas, a capacidade de pagamento da Emissora;

(k) ocorrência de qualquer alteração societária que implique na perda ou cessão do controle acionário indireto da Emissora pelas pessoas físicas que atualmente o detêm e seus herdeiros, que resulte em classificação de risco (*rating*) atribuída à Emissão, inferior a “A” (conforme classificação de risco adotada pela Fitch Ratings Brasil Ltda.) ou seu equivalente fornecido por outra agência classificadora de risco, respeitado o disposto na alínea “m” do item 5.1 abaixo, observado o *quorum* de deliberação previsto no item 4.12.3.1 abaixo;

(l) ocorrência de qualquer alteração societária que implique na perda ou cessão do controle acionário indireto da Emissora pelas pessoas físicas que atualmente o detêm e seus herdeiros, que resulte em classificação de risco (*rating*) atribuída à Emissão, igual ou superior a “A” (conforme classificação de risco adotada pela Fitch Ratings Brasil Ltda.) ou seu equivalente fornecido por outra agência classificadora de risco, respeitado o disposto na alínea “m” do item 5.1 abaixo, observado o *quorum* de deliberação previsto no item 4.12.4 abaixo;

(m) a efetivação por qualquer controlada da Emissora, de operações de incorporação, fusão ou cisão envolvendo sociedades não pertencentes ao mesmo Grupo Econômico da Emissora, a qual implique no descumprimento do disposto na alínea (i) deste item 4.12.1 pela Emissora ou por sua sucessora;



(n) alteração ou modificação material do objeto social principal da Emissora, descaracterizando as suas atividades principais de tal forma que o setor de papel e celulose deixe de figurar como sua principal atividade;

(o) pagamento, pela Emissora, de dividendos, exceto os obrigatórios, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures;

(p) rebaixamento da classificação de risco (*rating*) corporativo da Emissora abaixo de "BBB-" (conforme classificação de risco adotada pela Fitch Ratings Brasil Ltda.) ou seu equivalente fornecido por outra agência classificadora de risco, respeitado o disposto na alínea "m" do item 5.1 abaixo;

(q) as declarações previstas na Cláusula VIII abaixo provarem-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto materialmente relevante, considerada a data em que elas foram prestadas;

(r) (i) celebração, pela Emissora, ou permissão, pela Emissora, para que sejam celebrados, acordos, contratos ou instrumentos, incluindo acordos de acionistas, cujas disposições sejam comprovadamente contrárias aos termos e condições desta Escritura de Emissão; e/ou (ii) renovação, pela Emissora, ou permissão, pela Emissora, para que sejam renovados, acordos, contratos ou instrumentos, incluindo acordos de acionistas, cujos termos sejam de qualquer forma contrários aos termos e condições desta Escritura de Emissão;

(s) atuação da Emissora fora de seu objeto social, de modo que possa comprovadamente comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

(t) demais casos previstos em lei; e

(u) a realização de operações de fusão, cisão e/ou incorporação por qualquer controlada da Emissora com qualquer empresa integrante do Grupo Econômico, que (i) deixar de ter como atividade principal (a) a produção e/ou comercialização de papel e celulose, seja como atividade fim ou atividade meio, incluindo a produção dos insumos inerentes a estas atividades, a condução de pesquisa e desenvolvimento e demais atividades correlatas; ou (b) a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista; ou (ii) conceder empréstimo ou garantia em valor total superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para sociedade não relacionada ao setor de papel e celulose e que (a) não funcione como atividade meio a este setor, a exemplo da produção de seus insumos e a condução de pesquisa e desenvolvimento, ou (b) de qualquer outra forma, não apresente a finalidade de agregar valor à produção e comercialização de papel e celulose. O disposto nesta alínea (u) não se aplica ao caso de incorporação, fusão ou cisão da Emissora os quais serão regulados pelo disposto no item 4.12.7 abaixo.

4.12.1.1. Para efeitos desta Escritura de Emissão entende-se como "Grupo Econômico" a Suzano Holding S.A., a IPLF Holding S.A. e suas respectivas



controladas diretas ou indiretas, além de suas respectivas sucessoras, desde que a atividade principal de tais sociedades seja relacionada (i) à produção e/ou comercialização de papel e celulose, seja como atividade fim ou atividade meio, incluindo a produção dos insumos inerentes a estas atividades, a condução de pesquisa e desenvolvimento, e demais atividades correlatas; ou (ii) à participação em outras sociedades, como acionista ou quotista, desde que as referidas sociedades observem, no tocante à sua atividade principal, o disposto anteriormente em (i), ou sejam sociedades que controlam, ou são controladas, por sociedades cuja atividade principal segue o disposto no item (i) acima.

4.12.1.2. A Emissora se compromete a realizar o cálculo do patrimônio líquido ajustado previsto na alínea i.1) acima e a solicitar que seu auditor independente revise esse cálculo e informe ao Agente Fiduciário os valores de "PLA" e "VC_{ac}" (conforme definidos acima). Caso o auditor não forneça esses valores, a Emissora se obriga a entregar ao Agente Fiduciário todas as informações necessárias para que o Agente Fiduciário realize o cálculo do patrimônio líquido ajustado. O Agente Fiduciário, após o recebimento dessa informação, poderá solicitar esclarecimentos adicionais do auditor, caso verifique alterações significativas entre o patrimônio líquido ajustado e o patrimônio líquido constante das demonstrações financeiras da Emissora.

4.12.2. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b) e (c) do item 4.12.1 acima, os quais deverão ser tempestivamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, cabendo ao Agente Fiduciário notificar a Emissora para que esta realize o pagamento imediato dos valores previstos no item 4.12.1 acima.

4.12.3. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (d) a (u) do item 4.12.1 acima, excetuado o subitem (l), os quais deverão ser tempestivamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, a Assembleia Geral de Debenturistas, a qual deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para deliberar sobre a declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata este item 4.12.3, poderá ser convocada por Debenturistas nos termos da Cláusula VII abaixo.

4.12.3.1. A deliberação acerca da não-declaração de vencimento antecipado das Debêntures será tomada, isoladamente, por série e dependerá da aprovação de: (i) Debenturistas que representem no mínimo 3/4 (três quartos) das Debêntures em circulação de cada uma das séries na ocorrência dos eventos indicados nos subitens (d), (e), (f), (g), (i), (j), (k), (n), (p) e (t) do item 4.12.1 acima e (ii) Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação de cada uma das séries na ocorrência dos eventos indicados nos subitens (h), (m), (o), (q), (r) (s) e (u) do item 4.12.1 acima.

4.12.4. Na ocorrência do evento indicado no subitem (l) do item 4.12.1 acima, o qual deverá ser tempestivamente informado pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) dias úteis contados da data em

que tomar conhecimento do evento, a Assembléia Geral de Debenturistas, a qual deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, sendo o quorum de deliberação de 2/3 de votos dos Debenturistas. A Assembléia Geral de Debenturistas de que trata este item 4.12.4, poderá ser convocada por Debenturistas nos termos da Cláusula VII abaixo.

4.12.5. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série ou ainda de ambas, conforme deliberação dos Debenturistas de cada série, e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal atualizado nos termos dos itens 4.7.1 e 4.7.2, conforme o caso, acrescido de Remuneração de que tratam os itens 4.8.1 e 4.8.2, conforme o caso, e encargos moratórios até a data de seu efetivo pagamento, nos termos do item 4.12.1 acima: (a) após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.3 acima, a menos que os Debenturistas das Debêntures da 1ª Série ou das Debêntures da 2ª Série, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, na forma indicada no item 4.12.3.1 acima, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures, ou (b) caso não haja deliberação em Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.3 acima, inclusive por não-instalação desta. Não se aplica o disposto neste item, na hipótese prevista na alínea (f) do item 4.12.1 acima, não operando-se, portanto o vencimento antecipado das Debêntures, caso a Emissora comprove o cancelamento do(s) protesto(s) correlatos até a realização da Assembléia Geral de Debenturistas;

4.12.6. O Agente Fiduciário deverá também declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série ou, ainda, de ambas, conforme deliberação dos Debenturistas de cada série, e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal atualizado nos termos dos itens 4.7.1 e 4.7.2, conforme o caso, acrescido de Remuneração de que tratam os itens 4.8.1 e 4.8.2, conforme o caso, e encargos moratórios até a data de seu efetivo pagamento, nos termos do item 4.12.1 acima, caso, após realizada a Assembléia Geral de Debenturistas mencionadas no item 4.12.4 acima, e observados os seus termos, seja declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes daquelas Debêntures.

4.12.7. As operações de incorporação, fusão ou cisão da Emissora dependerão da aprovação prévia de debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação reunidos em assembléia geral especialmente convocada para esse fim, podendo referida aprovação pela assembléia ser dispensada se for assegurado aos debenturistas que o desejarem, durante o prazo de seis meses a contar da data de publicação das assembléias gerais relativas à operação, o resgate das debêntures de que forem titulares."

5. As demais cláusulas e condições da Escritura de Emissão permanecem inalteradas, sendo integralmente ratificadas pelas partes..



Página de assinaturas do

PRIMEIRO ADITIVO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM PREFERÊNCIA
(QUIROGRAFÁRIA), SOB REGIME DE GARANTIA FIRME, DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA EM DUAS
SÉRIES, DA SUZANO BAHIA SUL PAPEL E CELULOSE S.A.

SUZANO BAHIA SUL PAPEL E CELULOSE S.A.

[Assinatura]

Nome:

Nome:

Cargo:

[Assinatura]

Nome:

Nome: LÍVIA DOS SANTOS ARBEX

Cargo: PROCURADORA



TESTEMUNHAS:

1. *[Assinatura]*

Nome: AIDA CHAMMAS ROCHA

RG: CPF: 064.162.548-06

2. *[Assinatura]*

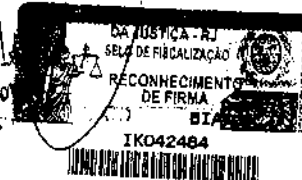
Nome: ROSARIO A. L. L. L.

RG: 119.27381

129 C.R.C.F.N. - Tabelionato, Av. das Américas, 3939 - Bloco 1
Lota N. Barra, Tabelião: JORGE FRANCISCO CORREIA, Reconheço por
semelhança a firma de: MAURÍCIO DA COSTA RIBEIRO
No: 10961
Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2004, Conf. por:
Em testemunho da verdade.

Viviane Ramos da Costa Gomes - Escrevente

[Assinatura]
Viviane Ramos da Costa Gomes
Escrevente



129 C.R.C.F.N. - Tabelionato, Av. das Américas, 3939 - Bloco 1
Lota N. Barra, Tabelião: JORGE FRANCISCO CORREIA, Reconheço por
semelhança a firma de: LÍVIA DOS SANTOS ARBEX
No: 50...
Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2004, Conf. por:
Em testemunho da verdade.

Viviane Ramos da Costa Gomes - Escrevente

[Assinatura]
Viviane Ramos da Costa Gomes
Escrevente



